

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Diário de Aparecida

Alego abre inscrições ao 1o Congresso de de Direito Econômico com grandes nomes nacionais

.....

Jornal Daqui Goiás

TCE SUSPENDE COMPRA DE KITS EDUCACIONAIS

.....

O Popular

Adesão à ata da Seduc é suspensa

.....

A Redação

IA do TCE-GO conquista 4º lugar em Prêmio de Inovação

.....

agencia 2

IA do TCE conquista 4º lugar em prêmio de inovação

.....

Agência 22

IA do TCE conquista 4º lugar em prêmio de inovação

.....

Brasil 24 Horas

IA do TCE-GO conquista 4º lugar no Prêmio de Conexão Inova

.....

Goiânia Urgente

GO suspende processo de R$ 203 milhões da Seduc por indícios de irregularidades em compra de kits de realidade virtual

.....

Instituto Rui Barbosa

Membros da Diretoria do IRB participam do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, em Harvard

.....

Jornal do Vale

Casa de Leis sedia o 1º Congresso Goiano de Direito Econômico, nos dias 12 e 13 de junho; inscrições estão abertas via on-line

.....

Aprovação do Programa Goiás + Inclusivo foi destaque da semana

.....

Jornal Opção

IA do TCE conquista 4º lugar em prêmio de inovação

.....

Mais Goiás

Assembleia vai sediar Congresso de Direito Econômico

.....

O Hoje

Aeroporto de Goiânia é certificado por gestão ambiental e redução de carbono

.....

Aparecida realiza novo Dia D de vacinação contra gripe neste sábado (7)

.....

TCE-GO suspende adesão da Seduc a ata de preços por indícios de irregularidades

.....

Seac Goiás

TCE suspende processo da Seduc de adesão à ata

.....

Alego abre inscrições ao 1o Congresso de de Direito Econômico com grandes nomes nacionais

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) promove, nos dias 12 e 13 de junho, o 1o Congresso de Direito Econômico da Alego Estado e Relações Econômicas: Direito, Crescimento Econômico, Novas Tecnologias e Democracia.

O evento, que será realizado no Palácio Maguito Vilela, em Goiânia, é gratuito, aberto ao público e contará com a emissão de certificado de participação com carga horária de 20h.A programação acontece das 8h às 18h e reunirá importantes autoridades do meio jurídico e político nacional, além de especialistas e acadêmicos.

Estão confirmadas as presenças dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Dias Toffoli; do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB); do presidente da Alego, deputado Bruno Peixoto (UB); do deputado e procurador do Estado, Virmondes Cruvinel (UB); da procuradora-geral da Alego, Andreya Moura; do subprocurador-geral da Alego, Iure de Castro; do procurador-geral da República, Paulo Gonet; e do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Helder Valin, além do conselheiro do TCE-GO, Saulo Marques. O congresso terá painéis sobre temas contemporâneos como o controle de convencionalidade pelo Legislativo, orçamento público e transparência, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), uso de dados digitais nas investigações criminais, inteligência artificial generativa no setor público, criptoativos e os desafios da chamada Tributação 4.0.No segundo dia, o foco será a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em processos que envolvem o agronegócio, segurança jurídica e os impactos econômicos de decisões do STF, além da participação das mulheres no Judiciário e suas perspectivas. A iniciativa representa um marco na atuação da Alego ao promover diálogo técnico-jurídico sobre as transformações econômicas e institucionais no pPaís.

As inscrições estão abertas pelo site: https://cde.al.go.leg.br.

D A Política

www.diariodeaparecida.com.br
facebook/jornaldiariodeaparecida
instagram/jornaldiariodeaparecida

APARECIDA DE GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2025

3

RECURSOS PÚBLICOS

Vilela solicita emendas ao senador Kajuru para fortalecer sistema de saúde

Durante visita a Aparecida, o parlamentar confirmou envio imediato de R$ 9,3 milhões e reforçou compromisso com novo repasse, previsto para agosto

Da Redação
jornalismo@diariodeaparecida.com

Bruno Moreira



Prefeito Leandro Vilela, ao lado do senador Kajuru, destaca parceria para evolução dos serviços na atenção primária em Aparecida de Goiânia

O prefeito de Aparecida de Goiânia, Leandro Vilela (MDB), recebeu ontem (5) o senador Jorge Kajuru (PSB) na Cidade Administrativa Maguito Vilela. Durante a visita institucional, Kajuru confirmou o envio de R$ 9,3 milhões para a saúde pública do município e anunciou o compromisso de repassar outros R$ 15 milhões em agosto.

Segundo Vilela, os recursos serão essenciais para ampliar atendimentos e melhorar a estrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). "A saúde é prioridade na nossa gestão. Com esses recursos, poderemos reforçar ainda mais os serviços na atenção primária e garantir mais qualidade no atendimento à população", afirmou o prefeito, citando também a excelência do Hospital Municipal Iris Rezende Machado, gerido pela Sociedade Israelita Albert Einstein.

O senador destacou sua ligação com Aparecida de Goiânia e o compromisso com o fortalecimento do SUS em Goiás. "Estou cumprindo o meu dever com a minha amada cidade de Aparecida, onde vivi momentos inesquecíveis como jornalista esportivo. Esses R$ 9,3 milhões são só o começo. Em agosto, vamos trabalhar para garantir mais R$ 15 milhões", disse Kajuru.

Ele também elogiou a atuação de Vilela à frente da prefeitura: "Esse recurso será bem aplicado por esse gestor, que é um exemplo e carrega o DNA do Maguito."

DEBATE ABERTO

Alego abre inscrições ao 1º Congresso de Direito Econômico com grandes nomes nacionais

Da Redação
jornalismo@diariodeaparecida.com

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) promove, nos dias 12 e 13 de junho, o 1º Congresso de Direito Econômico da Alego – Estado e Relações Econômicas: Direito, Crescimento Econômico, Novas Tecnologias e Democracia. O evento, que será realizado no Palácio Maguito Vilela, em Goiânia, é gratuito, aberto ao público e contará com a emissão de certificado de participação com carga horária de 20h.

A programação acontece das 8h às 18h e reunirá importantes autoridades do meio jurídico e político nacional, além de especialistas e acadêmicos. Estão confirmadas as presenças dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Dias Toffoli; do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB); do presidente da Alego, deputado Bruno Peixoto (UB); do deputado e procurador do Estado, Virmondes Cruvinel (UB); da procuradora-geral da Alego, Andreya Moura; do subprocurador-geral da Alego, Iure de Castro; do procurador-geral da República, Paulo Gonet; e do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Helder Valin, além do conselheiro do TCE-GO, Saulo Marques.

O congresso terá painéis sobre temas contemporâneos como o controle de convencionalidade pelo Legislativo, orçamento público e transparência, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), uso de dados digitais nas investigações criminais, inteligência artificial generativa no setor público, criptoativos e os desafios da chamada Tributação 4.0.

No segundo dia, o foco será a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em processos que envolvem o agronegócio, segurança jurídica e os impactos econômicos de decisões do STF, além da participação das mulheres no Judiciário e suas perspectivas.

A iniciativa representa um marco na atuação da Alego ao promover diálogo técnico-jurídico sobre as transformações econômicas e institucionais no pPaís. As inscrições estão abertas pelo site: https://cde.al.go.leg.br.

Alego



Congresso acontece na sede do Legislativo goiano, com foco em inovação e democracia

DIÁRIO DE APARECIDA
O jornal da Região Metropolitana
Tiragem diária 30.000
Acesso no site 540.000 por mês
• PUBLICIDADE LEGAL • EDITAIS
• LICENÇA AMBIENTAL • BALANÇOS
• ATAS • OUTROS

TCE SUSPENDE COMPRA DE KITS EDUCACIONAIS

Por indícios de irregularidades, uma adesão à ata de registro de preços da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc) que visava a aquisição de 686 kits educacionais de real idade virtual foi suspensa pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). A ata também autorizava a contratação de 242,6 mil unidades de material didático de contextualização e outras 242,6 mil unidades de material didático de projetos e aplicações.

Em 15 de maio, o conselheiro Edson Ferrari, em regime de plantão, determinou a suspensão do processo. Em seguida, o conselheiro Kennedy Trindade, relator do processo, teve o mesmo entendimento e submeteu a cautelar ao Pleno, que a referendou na sessão plenária desta quarta-feira (4). A suspensão não é definitiva e cabe defesa à Seduc, que também pode realizar os ajustes requisitados pelo TCE.

A ata de registro de preços em questão é do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) e tem como objeto a aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, compostos de soluções que auxiliam no processo ensino aprendizagem para atender as necessidades da instituição.

Além de 686 kits educacionais de realidade virtual e de 242,6 mil unidades de material didático de contextualização e outras 242,6 mil unidades de material didático de projetos e aplicações, o documento também prevê a contratação de 24,6 mil unidades de conteúdo imersivo educacional com sistema de gerenciamento de equipamentos e treinamento e suporte na implantação dos kits educacionais. Tudo isso com o custo de R$ 203,8 milhões.

MOTIVAÇÃO

Um dos argumentos do relator pela suspensão do processo é a desproporcionalidade entre a quantidade de materiais didáticos impressos e a quantidade de kits de realidade virtual, sugerindo risco de subutilização dos insumos, além da ausência de comprovação de avaliação técnica-pedagógica sobre o conteúdo imersivo contratado nos autos do processo de adesão.

Em nota, a Seduc explicou que desde a manifestação contrária da Procuradoria setorial, o processo já se encontrava suspenso por decisão da própria secretaria "a fim de promover alinhamento técnico e jurídico interno antes de eventual prosseguimento, caso houvesse evolução favorável no entendimento jurídico". A pasta diz ainda que opção pela adesão à ata foi fundamentada na legislação vigente.

TCE SUSPENDE COMPRA DE KITS EDUCACIONAIS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO LEVANTA SUSPEITA DE IRREGULARIDADES EM ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Por indícios de irregularidades, uma adesão à ata de registro de preços da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc) que visava a aquisição de 686 kits educacionais de realidade virtual foi suspensa pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). A ata também autorizava a contratação de 242,6 mil unidades de material didático de contextualização e outras 242,6 mil unidades de material didático de projetos e aplicações.

Em 15 de maio, o conselheiro Edson Ferrari, em regime de plantão, determinou a suspensão do processo. Em seguida, o conselheiro Kennedy Trindade, relator do processo, teve o mesmo entendimento e submeteu a cautelar ao Pleno, que a referendou na sessão plenária desta quarta-feira (4). A suspensão não é definitiva e cabe defesa à Seduc, que também pode realizar os ajustes requisitados pelo TCE.

A ata de registro de preços em questão é do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) e tem como objeto a aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, compostos de soluções que auxiliam no processo ensino aprendizagem para atender as necessidades da instituição.

203,8

Milhões seria o custo total para a aquisição dos kits e unidades de material didático pela Seduc

Além de 686 kits educacionais de realidade virtual e de 242,6 mil unidades de material didático de contextualização e outras 242,6 mil unidades de material didático de projetos e aplicações, o documento também prevê a contratação de 24,6 mil unidades de conteúdo imersivo educacional com sistema de gerenciamento de equipamentos e treinamento e suporte na implantação dos kits educacionais. Tudo isso com o custo de R$ 203,8 milhões.

MOTIVAÇÃO

Um dos argumentos do relator pela suspensão do processo é a desproporcionalidade entre a quantidade de materiais didáticos impressos e a quantidade de kits de realidade virtual, sugerindo risco de subutilização dos insumos, além da ausência de comprovação de avaliação técnica-pedagógica sobre o conteúdo imersivo contratado nos autos do processo de adesão.

Em nota, a Seduc explicou que desde a manifestação contrária da Procuradoria setorial, o processo já se encontrava suspenso por decisão da própria secretaria "a fim de promover alinhamento técnico e jurídico interno antes de eventual prosseguimento, caso houvesse evolução favorável no entendimento jurídico". A pasta diz ainda que opção pela adesão à ata foi fundamentada na legislação vigente.

Pacientes têm alternativa de tratamento

Pacientes com insuficiência renal grave passam a contar com uma nova alternativa de tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Goiás. Será inaugurado, nesta sexta-feira (6), o serviço de diálise peritoneal na Policlínica Estadual da Região Nordeste 2, em Posse. "A diálise peritoneal é uma alternativa eficaz à hemodiálise tradicional, oferecendo mais autonomia, conforto e qualidade de vida aos pacientes", explica o secretário estadual de saúde, Rasível Santos.

A técnica, realizada em casa mesmo, utiliza a membrana do peritônio, localizada na cavidade abdominal, como filtro para eliminar toxinas e excesso de líquidos do corpo, substituindo a função dos rins. Ela pode, portanto, substituir a hemodiálise tradicional.



Adesão à ata da Seduc é suspensa

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) suspendeu uma adesão à ata de registro de preços da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc) que visava a aquisição de kits educacionais de realidade virtual, além de materiais didáticos de contextualização e de projetas e aplicações. A medida cau-telar foi motivada por indícios de irregularidades em ata no valor de R$ 203,8 milhões.

Em 15 de maio. o conselheiro Edson Ferrari, em regime de plantão, determinou a suspensão do processo. Em seguida, o conselheiro Kennedy Trindade, relator do processo, teve o mesmo en tendi mento e submeteu acautelar ao Pleno, que a referendou na sessão plenária desta quarta-feira (4). A suspensão não é definitiva e cabe recurso à Seduc, que também pode realizar os ajustes requisitados pelo tribunal.

A ata de registro de preços em questão é do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito .Santo (Ifes) e tem como objeto a aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, compostos de soluções que auxiliam no processo ensino aprendizagem para atender as necessidades da instituição.

Além de 686 kits educacionais de realidade virtual e de 242,6 mil unidades de material didático de contextualização e outras 242,6 mil unidades de material didático de projetos e aplicações, o documento também prevê a contratação de conteúdo imersivo educacional com sistema de gerenciamento de equipamentos e treinamento e suporte na implantação dos kits educacionais. Tudo isso com o custo de RS 203,8 milhões.

Um dos argumentos do TCE-GO pela suspensão do processo é a desproporcionalidade entre a quantidade de materiais didáticos impressos e de kits de realidade virtual, sugerindo risco de subutilização dos insumos, além da ausência de comprovação de avaliação técnica-pedagógica sobre o conteúdo imersivo contratado nos autos do processo de adesão.

Em seu voto, o relator do processo pontua uma possível diferença financeira de mais de R$ 15 milhões em comparação com um pregão eletrônico, no sistema de registro de preços, realizado pela Seduc em 2023. O documento previa a aquisição de 667 kits educacionais de realidade virtual - cada um deles composto por 36 óculos de realidade virtual com aplicativo personalizado e um carrinho de armazenamento e recarga 667 licenças de sistema de gerenciamento de equipamentos e outras 24 mil de conteúdo imersivo educacional, além de312 horas de treinamento e suporte na implantação nas escolas. O valor estimado para a contratação era de R$ 136 milhões.

O voto do relator ainda destaca que a Seduc age em contrariedade ao parecer jurídico da Procuradoria da pasta, desfavorável à adesão da ata e o fato de uma mesma empresa, a paulista Sistteeh Tecnologia Educacional, ser a

fornecedora tanto no pregão eletrônico quanto na ata de registro de preços, "com preços significativamente distintos". Conforme o Portal da Transparência de Goiás, o pregão eletrônico de 2023 foi suspenso em junho de 2024 após um despacho da Procuradoria setorial da secretaria.

SEDUC

Questionada sobre a suspensão, a Seduc explicou, em nota, que desde a manifestação contrária da Procuradoria setorial, o processo já se encontrava sobrestado por decisão da própria secretaria "a fim de promover alinhamento técnico e jurídico interno antes de eventual prosseguimento, caso houvesse evolução favorável no entendimento juridico".

A pasta também esclareceu que a opção pela adesão à ata foi fundamentada na legislação vigente, sendo que "a escolha foi amparada em critérios técnicos e pedagógicos, visando atender com celeridade e eficiência a uma demanda estruturada desde 2022, voltada à ampliação do uso de tecnologias imersivas na rede estadual de ensino".

A secretaria destacou que o objeto da adesão à ata apresenta atualizações tecnológicas relevantes quando comparado com o objeto do pregão eletrônico de 2023, com avanços em termos de capacidade de processamento, desempenho gráfico, armazenamento, duração de batería e sistema operacional, "o que justifica alterações no valor estimado da solução".

A Seduc frisou que o pregão eletrônico de 2023 se encontra suspenso aguardando análise conclusiva de uma representação do TCE-GO e por recomendação da procuradoria Setorial, "o que reforça que a adesão analisada foi considerada como uma alternativa legal e estratégica, orientada pela busca de soluções mais eficazes e compatíveis com a realidade educacional da rede".

Por fim, a pasta reafirmou o compromisso com "a legalidade. a transparência e a boa governança, e continuará colaborando com os órgãos de controle para o total esclarecimento dos fatos".

Wildes Barbosa



Suspensão não é definitiva e cabe recurso à Seduc

Adesão à ata da Seduc é suspensa

TCE Intuito era a aquisição de kits educacionais de realidade virtual e materiais didáticos ao custo de R$ 203 milhões. Medida cautelar foi motivada por indícios de irregularidades

Mariana Carneiro
mariana.carneiro@opopular.com.br

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) suspendeu uma adesão à ata de registro de preços da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc) que visava a aquisição de kits educacionais de realidade virtual, além de materiais didáticos de contextualização e de projetos e aplicações. A medida cautelar foi motivada por indícios de irregularidades em ata no valor de R$ 203,8 milhões.

Em 15 de maio, o conselheiro Edson Ferrari, em regime de plantão, determinou a suspensão do processo. Em seguida, o conselheiro Kennedy Trindade, relator do processo, teve o mesmo entendimento e submeteu a cautelar ao Pleno, que a referendou na sessão plenária desta quarta-feira (4). A suspensão não é definitiva e cabe recurso à Seduc, que também pode realizar os ajustes requisitados pelo tribunal.

A ata de registro de preços em questão é do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) e tem como objeto a aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, compostos de soluções que auxiliam no processo ensino aprendizagem para atender as necessidades da instituição.

Além de 686 kits educacionais de realidade virtual e de 242,6 mil unidades de material didático de contextualização e outras 242,6 mil unidades de material didático de projetos e aplicações, o documento também prevê a contratação de conteúdo imersivo educacional com sistema de gerenciamento de equipamentos e treinamento e suporte na implantação dos kits educacionais. Tudo isso com o custo de R$ 203,8 milhões.

Um dos argumentos do TCE-GO pela suspensão do processo é a desproporcionalidade entre a quantidade de materiais didáticos impressos e de kits de realidade virtual, sugerindo risco de subutilização dos insumos, além da ausência de comprovação de avaliação técnica-pedagógica sobre o conteúdo imersivo contratado nos autos do processo de adesão.

Em seu voto, o relator do processo pontua uma possível diferença financeira de mais de R$ 15 milhões em comparação com um pregão eletrônico, no sistema de registro de preços, realizado pela Seduc em 2023. O documento previa a aquisição de 667 kits educacionais de realidade virtual - cada um deles composto por 36 óculos de realidade virtual com aplicativo personalizado e um carrinho de armazenamento e recarga -, 667 licenças de sistema de gerenciamento de equipamentos e outras 24 mil de conteúdo imersivo educacional, além de 312 horas de treinamento e suporte na implantação nas escolas. O valor estimado para a contratação era de R$ 136 milhões.

O voto do relator ainda destaca que a Seduc age em contrariedade ao parecer jurídico da Procuradoria da pasta, desfavorável à adesão da ata e o fato de uma mesma empresa, a paulista Sisttech Tecnologia Educacional, ser a fornecedora tanto no pregão eletrônico quanto na ata de registro de preços, "com preços significativamente distintos". Conforme o Portal da Transparência de Goiás, o pregão eletrônico de 2023 foi suspenso em junho de 2024 após um despacho da Procuradoria setorial da secretaria.

SEDUC

Questionada sobre a suspensão, a Seduc explicou, em nota, que desde a manifestação contrária da Procuradoria setorial, o processo já se encontrava sobrestado por decisão da própria secretaria "a fim de promover alinhamento técnico e jurídico interno antes de eventual prosseguimento, caso houvesse evolução favorável no entendimento jurídico".

A pasta também esclareceu que a opção pela adesão à ata foi fundamentada na legislação vigente, sendo que "a escolha foi amparada em critérios técnicos e pedagógicos, visando atender com celeridade e eficiência a uma demanda estruturada desde 2022, voltada à ampliação do uso de tecnologias imersivas na rede estadual de ensino".

A secretaria destacou que o objeto da adesão à ata apresenta atualizações tecnológicas relevantes quando comparado com o objeto do pregão eletrônico de 2023, com avanços em termos de capacidade de processamento, desempenho gráfico, armazenamento, duração de bateria e sistema operacional, "o que justifica alterações no valor estimado da solução".

A Seduc frisou que o pregão eletrônico de 2023 se encontra suspenso aguardando análise conclusiva de uma representação do TCE-GO e por recomendação da procuradoria Setorial, "o que reforça que a adesão analisada foi considerada como uma alternativa legal e estratégica, orientada pela busca de soluções mais eficazes e compatíveis com a realidade educacional da rede".

Por fim, a pasta reafirmou o compromisso com "a legalidade, a transparência e a boa governança, e continuará colaborando com os órgãos de controle para o total esclarecimento dos fatos".

ESTUDANTES ESTRANGEIROS

Harvard renova ação na Justiça

Um dia após o presidente Donald Trump assinar decreto que proíbe a emissão de vistos para alunos estrangeiros admitidos pela Universidade Harvard, a instituição anunciou nesta quinta-feira (5) que renovou um processo movido contra o governo federal para mais uma tentativa de bloquear a medida. A universidade argumenta que a ação representa uma forma de contornar ordem judicial anterior.

No mês passado, sob a justificativa que tal ato viola a Primeira Emenda da Constituição, uma juíza federal impediu o governo de revogar a permissão concedida à universidade para receber estrangeiros. Mas Trump deu continuidade à iniciativa com a publicação do decreto.

"O decreto nega a milhares de estudantes de Harvard o direito de vir a este país para prosseguir com seus estudos e seguir seus sonhos. Também nega a Harvard o direito de ensiná-los. Sem seus estudantes internacionais, Harvard não é Harvard", afirma a instituição na ação.

Trump afirma que a restrição, válida por seis meses, é necessária por questões de segurança nacional. Segundo o decreto, o FBI, a polícia federal dos EUA, há muito alerta que adversários estrangeiros "se aproveitam do fácil acesso ao ensino superior americano" para, entre outras coisas, roubar informações técnicas e explorar pesquisas com objetivos políticos.

Harvard, por sua vez, afirma que a decisão viola a legislação, já que não apresenta provas concretas de que a presença dos estudantes estrangeiros seja prejudicial aos interesses americanos. "As ações do presidente não são tomadas para proteger os 'interesses dos EUA', mas aplicar uma vingança do governo contra Harvard", diz.

O republicano tem buscado enfraquecer a estabilidade financeira e o prestígio global de instituições que têm resistido às exigências de mudanças profundas em suas políticas. O governo congelou cerca de US$ 3,2 bilhões em subsídios e contratos com a instituição.

Estudantes estrangeiros, em sua maioria, pagam por completo as altas mensalidades das universidades americanas. Isso ajuda, inclusive, a subsidiar bolsas a americanos de baixa renda.

O pano de fundo são as manifestações, ocorridas no ano passado, nos quais milhares de estudantes em todo os EUA exigiram o fim da guerra na Faixa de Gaza e criticaram as mortes causadas por Israel no território palestino. Trump afirma que as instituições permitiram atos de antissemitismo em seus campi, algo que as universidades negam, e exigiu uma série de mudanças.

A Casa Branca renovou as acusações nesta quinta. Abigail Jackson, porta-voz do governo, disse que Harvard se tornou "foco de agitadores antiamericanos, antissemitas e pró-terroristas". Segundo ela, o comportamento da instituição comprometeu a integridade do sistema de vistos para estudantes e visitantes de intercâmbio, colocando em risco a segurança nacional dos EUA.

As declarações destoaram do tom adotado por Trump nesta quinta. Mais cedo, ele disse acreditar que as negociações com Harvard "estão mostrando sinais de progresso". Também afirmou que estudantes chineses são bem-vindos nos EUA -o decreto mencionou a China como exemplo de ameaça à segurança nacional.

Estima-se que cerca de 5.000 estudantes internacionais estejam matriculados em Harvard, e outros 2 mil ex-alunos recém-formados estejam nos Estados Unidos com vistos que permitem a permanência temporária no país para trabalhar após a graduação, segundo o jornal *The New York Times*. (Folhapress)

IA do TCE-GO conquista 4º lugar em Prêmio de Inovação

A Redação

Goiânia - A Inteligência Artificial IAGO na Estrada, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), conquistou o 4º lugar no Prêmio Conexão Inova, idealizado pela rede Conexão Inovação Pública, nesta quarta-feira (4/4), em Belo Horizonte. O projeto, que auxilia na fiscalização automatizada e contínua das rodovias estaduais, concorreu e foi destaque na categoria voltada para soluções em inteligência artificial e/ou outras tecnologias disruptivas.

"Essa é uma conquista muito importante para o Tribunal e para a Universidade Federal de Goiás (UFG), que é nossa parceira. Já estamos na fase de testes, inclusive para desenvolvimento dos modelos de inteligência artificial, e essa ferramenta tem grande potencial para agregar valor ao trabalho da instituição e, claro, beneficiar toda a sociedade", destacou o diretor de Tecnologia da Informação do TCE-GO, Licardino Siqueira. O IAGO na Estrada é um veículo utilitário equipado com tecnologias de captura de imagens: o material coletado será transmitido ao centro de dados do Tribunal, onde uma inteligência artificial está sendo treinada para identificar patologias da estrada, como panelas, trincas, erosões e vegetação avançando em direção à pista.

Essa análise servirá de insumo para o planejamento das fiscalizações de rodovias goianas. Com mais de 12 mil quilômetros asfaltados, a malha rodoviária do estado já é fiscalizada regularmente pelo TCE-GO. Em 2023, foram mais de 6 mil quilômetros percorridos, identificando o nível de comprometimento de 112 trechos. Esse trabalho será reforçado pelo IAGO na Estrada, ferramenta pioneira entre os tribunais de contas e que, ao automatizar procedimentos, dará mais celeridade e precisão à avaliação das condições de trafegabilidade das vias.

IA do TCE conquista 4º lugar em prêmio de inovação

Criado em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Inteligência Artificial (IA) do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), "IAGO na Estrada", conquistou o 4º lugar no Prêmio Conexão Inova, da rede Conexão Inovação Pública. A premiação ocorreu nesta última quarta-feira, 4, no evento Convergência 2025... Continue lendo ?

IA do TCE conquista 4º lugar em prêmio de inovação

Criado em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Inteligência Artificial (IA) do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), "IAGO na Estrada", conquistou o 4º lugar no Prêmio Conexão Inova, da rede Conexão Inovação Pública. A premiação ocorreu nesta última quarta-feira, 4, no evento Convergência 2025... Continue lendo ?

IA do TCE-GO conquista 4º lugar no Prêmio de Conexão Inova

IAGO na estrada está sendo desenvolvido em parceria com a UFG para avaliar a qualidade das rodovias. A aplicação de inteligência artificial IAGO na Estrada, desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), conquistou o 4º lugar no Prêmio Conexão Inova, idealizado pela rede Conexão Inovação Pública.

O projeto, que auxilia na fiscalização automatizada e contínua das rodovias estaduais, concorreu e foi destaque na categoria voltada para soluções em inteligência artificial e/ou outras tecnologias disruptivas. O resultado final da premiação foi anunciado nesta quarta-feira (4/jun) durante o encerramento do evento Convergência 2025, realizado em Belo Horizonte.

?Essa é uma conquista muito importante para o Tribunal e para a Universidade Federal de Goiás (UFG), que é nossa parceira. Já estamos na fase de testes, inclusive para desenvolvimento dos modelos de inteligência artificial, e essa ferramenta tem grande potencial para agregar valor ao trabalho da instituição e, claro, beneficiar toda a sociedade?, destacou o diretor de Tecnologia da Informação do TCE-GO, Licardino Siqueira.

O IAGO na Estrada é um veículo utilitário equipado com tecnologias de captura de imagens: o material coletado será transmitido ao centro de dados do Tribunal, onde uma inteligência artificial está sendo treinada para identificar patologias da estrada, como panelas, trincas, erosões e vegetação avançando em direção à pista.

Essa análise servirá de insumo para o planejamento das fiscalizações de rodovias goianas. Com mais de 12 mil quilômetros asfaltados, a malha rodoviária do estado já é fiscalizada regularmente pelo TCE-GO. Em 2023, foram mais de 6 mil quilômetros percorridos, identificando o nível de comprometimento de 112 trechos. Esse trabalho será reforçado pelo IAGO na Estrada, ferramenta pioneira entre os Tribunais de contas e que, ao automatizar procedimentos, dará mais celeridade e precisão à avaliação das condições de trafegabilidade das vias.

GO suspende processo de R$ 203 milhões da Seduc por indícios de irregularidades em compra de kits de realidade virtual

Medida cautelar aponta desproporcionalidade na aquisição e ausência de avaliação pedagógica. Fornecedora envolvida em pregão anterior com valores divergentes também está no novo processo. Secretaria afirma que procedimento já estava sobrestado.

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) determinou a suspensão cautelar de um processo da Secretaria de Estado da Educação (Seduc-GO) que previa a adesão a uma ata de registro de preços com o objetivo de adquirir 686 kits educacionais de realidade virtual e mais de 485 mil unidades de materiais didáticos. A proposta, orçada em R$ 203,8 milhões, levantou suspeitas de irregularidades que envolvem discrepâncias financeiras e ausência de análise técnico-pedagógica do conteúdo contratado.

A decisão foi tomada em duas etapas: a primeira, em 15 de maio, pelo conselheiro Edson Ferrari, em regime de plantão; a segunda, referendada nesta quarta-feira (4), pelo plenário da Corte, sob relatoria do conselheiro Kennedy Trindade. O TCE-GO considerou graves os indícios de inconsistências no processo e decidiu paralisar os trâmites enquanto realiza a análise aprofundada dos fatos. A suspensão, no entanto, é provisória e pode ser revertida com recursos ou adequações pela pasta.

Discrepância de valores e fornecedor comum preocupam TCE

O processo suspenso se baseava em uma ata do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e previa, além dos kits de realidade virtual, a contratação de conteúdos imersivos com suporte, treinamento e sistema de gerenciamento.

Em seu parecer, o conselheiro relator destaca uma diferença significativa entre os valores do novo processo e um pregão eletrônico anterior, realizado pela própria Seduc em 2023. Naquela ocasião, a secretaria pretendia adquirir 667 kits similares por R$ 136 milhões. Ou seja, a proposta atual apresenta um acréscimo de quase R$ 68 milhões para uma quantidade semelhante de equipamentos.

Outro ponto que chamou a atenção do tribunal é o fato de a mesma empresa -- a Sisttech Tecnologia Educacional, com sede em São Paulo -- figurar como fornecedora tanto no pregão anterior quanto na ata atual, com preços "significativamente distintos", segundo o relatório. O pregão de 2023 acabou sendo suspenso em junho de 2024 após parecer contrário da Procuradoria Setorial da Seduc.

Além disso, o TCE identificou uma possível subutilização dos materiais e ausência de documentação que comprove a

avaliação técnico-pedagógica do conteúdo educacional imersivo. O tribunal considera que essas falhas comprometem a legalidade e a eficiência da contratação.

Resposta da Seduc: processo já estava suspenso internamente

Procurada, a Secretaria de Estado da Educação respondeu por nota que o processo já se encontrava sobrestado internamente desde a manifestação da Procuradoria setorial, justamente para permitir um realinhamento técnico e jurídico antes de eventual continuidade.

A Seduc afirmou que a adesão à ata do Ifes se ampara na legislação vigente e foi guiada por critérios técnicos e pedagógicos, com o objetivo de modernizar o ensino público goiano e responder a uma demanda estruturada desde 2022 para o uso de tecnologias imersivas.

Segundo a secretaria, a diferença de valores entre o pregão anterior e a nova proposta se justifica por avanços tecnológicos nos equipamentos, como melhoria no desempenho gráfico, capacidade de processamento, duração de bateria, armazenamento e sistemas operacionais mais atualizados.

Transparência e governança

A Seduc reiterou seu compromisso com a legalidade, transparência e boa governança, e afirmou que seguirá colaborando com o TCE-GO para o pleno esclarecimento dos fatos. A pasta também ressaltou que o pregão de 2023 continua suspenso e sob análise do tribunal e da Procuradoria.

O processo, agora sob escrutínio do TCE-GO, levanta um debate importante sobre os critérios de contratação pública na área educacional, especialmente no que diz respeito à aquisição de tecnologias de alto custo e à necessidade de comprovação de sua eficácia pedagógica.

Membros da Diretoria do IRB participam do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, em Harvard

O Instituto Rui Barbosa (IRB) esteve presente na 12a edicao do Programa de Lideranca Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infancia, realizada de 2 a 6 de junho, em Cambridge (EUA). Representaram o IRB no evento o Presidente do Instituto, Conselheiro Edilberto Pontes; o Presidente do Comite Tecnico da Primeira Infancia do IRB e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goias (TCE-GO), Edson Ferrari; e o Diretor de Desenvolvimento e Politicas Publicas do IRB e Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceara (TCE-CE), Conselheiro Rholden Queiroz. A participacao da comitiva se deu a convite do Nucleo Ciencia Pela Infancia (NCPI), por meio da Fundacao Van Leer e da Fundacao Maria Cecilia Souto Vidigal.

Realizado em parceria com a Escola de Saude Publica da Universidade de Harvard e o Insper, o Programa tem como objetivo mobilizar e capacitar liderancas publicas e da sociedade civil para qualificar a elaboracao e implementacao de politicas, programas e acoes voltadas ao desenvolvimento da primeira infancia. A formacao promove uma imersao intensiva nos principais conceitos sobre o desenvolvimento infantil, abordando temas como educacao, saude, assistencia social, parentalidade, equidade, lideranca e avaliacao de politicas publicas, reunindo gestores publicos, representantes da academia, comunicadores e liderancas intersetoriais.

Durante o Programa, os Membros da Diretoria do IRB compartilharam com os participantes as acoes desenvolvidas pelo Comite Tecnico da Primeira Infancia do Instituto, que tem se destacado pela publicacao de livros e materiais tecnicos, realizacao de estudos e a promocao de eventos voltados ao tema. O Comite tambem tem atuado na disseminacao, junto aos Tribunais de Contas brasileiros, da importancia da priorizacao da Primeira Infancia, conforme estabelece a Constituicao Federal de 1988, fortalecendo o compromisso do Sistema de Controle Externo com a garantia dos direitos das criancas nos primeiros anos de vida.

A participacao do IRB na formacao representa um avanco importante para o fortalecimento do controle externo no Brasil. Ao acompanhar debates internacionais sobre politicas publicas baseadas em evidencias para a infancia, o Instituto amplia sua capacidade de apoiar os Tribunais de Contas na fiscalizacao, inducao e orientacao tecnica de politicas voltadas a garantia dos direitos das criancas. Esse intercambio de experiencias exitosas e boas praticas contribuira para uma atuacao mais estrategica dos orgaos de controle.

Desde sua criacao, em 2012, o Programa de Lideranca Executiva ja capacitou mais de 650 participantes, que desempenharam papeis relevantes na formulacao e implementacao de politicas como o Marco Legal da Primeira Infancia, o Pacto Nacional pela Primeira Infancia, o Programa Mae Coruja Pernambucana e o Mais Infancia Ceara. Nesta edicao, 40 liderancas de todas as regioes do Brasil participaram da formacao, reafirmando o valor da atuacao

colaborativa e intersetorial para a promocao de um futuro melhor para as novas geracoes.

Fotos: TCE-GO.

Casa de Leis sedia o 1º Congresso Goiano de Direito Econômico, nos dias 12 e 13 de junho; inscrições estão abertas via on-line

A Assembleia Legislativa do Estado de Goias (Alego) ira se transformar em um centro de debates sobre o papel do Estado nas relacoes economicas contemporaneas. Isso porque a Casa de Leis recebe, nos dias 12 e 13 de junho, das 8 as 18 horas, o 1o Congresso Goiano de Direito Economico. A programacao conta com palestrantes como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Dias Toffoli e o procurador-geral da Republica, Paulo Gonet. O evento e gratuito, mas as vagas sao limitadas e e necessario se inscrever pelo formulario on-line.

Com a tematica "Estado e as Relacoes Economicas: Direito, Crescimento Economico, Novas Tecnologias e Democracia" em foco, esta prevista a realizacao de 12 paineis e uma aula magna, todos regidos por personalidades renomadas do Judiciario, Legislativo e especialistas de todo o Pais. O controle preventivo de convencionalidade, o armazenamento de dados digitais no processo penal e os desafios regulatorios da inteligencia artificial generativa no setor publico estao entre os assuntos na agenda.

Serao disponibilizadas 600 vagas para acompanhar o evento do Auditorio Carlos Vieira e outras 600 no saguao do Parlamento, em estrutura montada para a ocasiao. A ocupacao de lugares sera definida por ordem de chegada. Aberto ao cidadao interessado, o congresso tem como principal publico-alvo a comunidade juridica, tanto profissionais quanto estudantes.

O credenciamento sera realizado apenas no primeiro dia do congresso, em local antes das catracas de entrada do Palacio Maguito Vilela. Os participantes inscritos terao direito a certificado de 20 horas.

O congresso e uma realizacao da Assembleia Legislativa, do Conselho Administrativo de Defesa Economica (Cade) e do STF. A Associacao dos Procuradores da Alego (Apalego), Escola do Legislativo e o aplicativo Deputados Aqui auxiliam na realizacao.

Trata-se de uma iniciativa inedita para fortalecer o dialogo tecnico-juridico em torno das relacoes economicas no Brasil. Idealizador do encontro, o subprocurador da Alego e vice-presidente da Associacao Nacional dos Procuradores da Republica, Iure Castro, afirma que a expectativa e proporcionar uma experiencia unica, plural e transformadora para o campo do direito em Goias. "Nos estamos empenhados em trazer algumas das mais brilhantes mentes do cenario juridico nacional e internacional. Vem muita coisa boa por ai", adianta.

Participantes ilustres

Entre as presencas ja confirmadas, alem dos ministros Mendes e Toffoli: o governador de Goias, Ronaldo Caiado (UB); o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Helder Valin; o procurador-geral da Republica, Paulo Gonet; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Bruno Peixoto (UB); o deputado Virmondes Cruvinel (UB); a procuradora-geral da Alego, Andreya Moura; o sub-procurador-geral da Alego, Iure de Castro; e o conselheiro do TCE-GO Saulo Marques.

A lista de palestrantes e debatedores, alem da programacao completa dos dois dias, esta disponivel aqui.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

Aprovação do Programa Goiás + Inclusivo foi destaque da semana

Durante a primeira semana do mes de junho, a Assembleia Legislativa do Estado de Goias (Alego) realizou quatro sessoes deliberativas em plenario, tres em carater ordinario e uma extraordinaria, que foram marcadas por debates e votacoes. Os parlamentares se dedicaram a discutir temas diversos, com foco em inclusao social, modernizacao da gestao publica, apoio a populacao com deficiencia, incentivo ao esporte e valorizacao da agricultura familiar. Ao todo, dos dias 3 a 5 de junho, foram realizadas 87 deliberacoes, das quais, 48 resultaram em finalizacao da tramitacao dos referidos processos na Casa.

No decorrer da semana deputados conduziram, ainda, seis reunioes de comissoes; seis sessoes solenes para homenagens a pessoas que contribuem para o desenvolvimento do Estado; duas audiencias publicas; cursos; seminarios; exposicoes; certificacao; apresentacoes culturais; campanha de saude; visitas guiadas dentro do Projeto Deputados e Deputadas do Futuro; entre outras atividades.

As atividades na Casa de Leis, tanto no ambito estritamente legislativo quanto nas demais realizacoes, foram transmitidas em tempo real pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a populacao pode acompanhar tudo o que aconteceu no Parlamento goiano.

Sessoes plenarias e deliberacoes

A semana legislativa foi marcada pela aprovacao de um grande volume de propostas do Governo Estadual, do Tribunal de Contas de Goias (TCE-GO) e do Parlamento, com foco em inclusao social, modernizacao da gestao publica, apoio a populacao com deficiencia, incentivo ao esporte e valorizacao da agricultura familiar. Os encontros ocorreram no Plenario Iris Rezende Machado, uns sob a conducao do presidente Bruno Peixoto (UB) e outros no comando do deputado Issy Quinan (MDB), primeiro vice-presidente da Casa.

Na terca-feira, 3, os deputados aprovaram, em sessoes ordinaria e extraordinaria, diversas proposicoes. Entre os destaques o projeto de lei no 13643/25, do Governo Estadual, que cria o Programa Goias + Inclusivo, voltado ao repasse de R$ 500 mensais a familias em situacao de extrema pobreza com criancas ou adolescentes com deficiencia. A materia recebeu aprovacao em primeira fase e voltou a ser apreciada no dia seguinte, quando foi aprovada de forma definitiva.

O Plenario aprovou, em carater conclusivo, o projeto de lei no 12753/25, autorizando a contratacao de emprestimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de ate US$ 90,3 milhoes, para a terceira fase

do Programa de Modernizacao da Gestao Fiscal do Estado de Goias (Profisco). A proposta objetiva simplificar o sistema tributario, digitalizar servicos publicos e fortalecer a governanca fiscal.

Outros projetos tambem avancaram, como o que institui o Equipa Social, com credito de R$ 100 milhoes para melhorias em Centro de Referencia de Assistencia Social (Cras) e Centro de Referencia Especializado de Assistencia Social (Creas) dos 246 municipios goianos; a proposicao que amplia a indenizacao de ferias para servidores publicos que optarem por continuar em atividade apos atingir os requisitos para aposentadoria; e o texto que viabiliza a presidencia de atos policiais de forma remota por delegados, modernizando a atuacao da Policia Civil.

No campo fiscal, a proposicao no 13572/25, de adesao complementar do Estado ao beneficio previsto na legislacao de Mato Grosso do Sul para empresas de energia hidreletrica, foi aprovada em primeira votacao. Tambem receberam aval inicial propostas como a que reconhece a chegada do Sino Vox Patris, em Trindade, no Calendario Civico e Cultural; e mudancas no plano de carreira do TCE, promovendo padronizacao e reestruturacao interna.

Na sessao ordinaria da quarta-feira, 4, foram aprovadas em carater definitivo duas propostas do Executivo que visam a protecao social e o fomento ao esporte. O Programa Goias + Inclusivo foi aprovado em definitivo, consolidando seu tramite legislativo. Na mesma linha, foi aprovado o projeto no 13639/25, que institui o Programa de Incentivo aos Atletas de Rendimento Pro-Goias Atleta, com bolsas de R$ 500 a R$ 2,1 mil para atletas em diferentes niveis competitivos.

Tambem seguiram para sancao o projeto que trata da atuacao remota dos delegados de policia e a adesao fiscal a beneficios do Imposto sobre Operacoes relativas a Circulacao de Mercadorias e sobre Prestacoes de Servicos de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicacao (ICMS), alem de proposicoes de autoria parlamentar. Entre elas, destaca-se o Programa Emprego Inclusivo (no 4363/23), de Antonio Gomide (PT), que promove a inclusao de pessoas com deficiencia no mercado de trabalho.

Propostas culturais e religiosas tambem avancaram. Bruno Peixoto teve aprovada a inclusao da chegada do Sino Vox Patris no calendario estadual. Cristiano Galindo (SD) obteve aprovacao, em primeira fase, para projetos que reconhecem o Divino Pai Eterno como Patrono do Estado e sua imagem como patrimonio imaterial. Coronel Adailton (SD) tambem teve proposta aprovada que reconhece a Festa do Tomate, em Goianapolis, como patrimonio cultural imaterial de Goias.

Durante os discursos, Bia de Lima (PT) elogiou o Ministerio Publico do Estado pela atuacao contra desigualdades e violencia de genero; Clecio Alves (Republicanos) voltou a criticar a concessao de cartoes corporativos pela Prefeitura de Goiania; Karlos Cabral (PSB) celebrou a nova lei federal sobre associacoes mutualistas e relembrou a missao oficial da Alego a Portugal; Amauri Ribeiro (UB) defendeu os pequenos produtores e denunciou a precarizacao no campo; e Virmondes Cruvinel (UB) destacou a eleicao do novo reitor da Universidade Estadual de Goias (UEG) e obras de mobilidade urbana na capital.

Antes da Ordem do Dia, o procurador-geral de Justica, Cyro Terra Peres, apresentou o relatorio de atividades do Ministerio Publico Estadual (MP-GO) referentes ao ano de 2024, agradecendo o apoio do Legislativo e enfatizando o compromisso institucional com a defesa dos interesses da populacao goiana.

Encerrando a semana legislativa, a sessao ordinaria hibrida de quinta-feira, 5, foi dedicada a analise de proposicoes

parlamentares. Em destaque, a aprovacao, em primeira fase, do projeto no 10037/22, de Amauri Ribeiro, que eleva de R$ 70 mil para R$ 140 mil o teto do valor do veiculo que pode ser adquirido com isencao de ICMS e Imposto sobre a Propriedade de Veiculos Automotores (IPVA) por pessoas com deficiencia. A proposta atualiza a legislacao estadual em consonancia com normas federais.

Foi aprovado em definitivo o projeto no 4357/23, de Ricardo Quirino (Republicanos), que torna obrigatoria a notificacao pessoal de idosos selecionados em programas habitacionais populares, como forma de assegurar o acesso a moradia por esse publico. A medida altera a Lei no 21.186/21 e preve o envio de notificacoes por carta registrada, telefone ou e-mail.

Outras materias aprovadas e aptas a sancao incluem o projeto de Antonio Gomide (PT) sobre emprego inclusivo, e duas propostas de Cristiano Galindo relacionadas ao Divino Pai Eterno. Wagner Camargo Neto (SD) tambem teve aprovada a instituicao do Dia Estadual da Fraternidade Feminina da Maconaria, em 13 de maio, com reconhecimento as acoes sociais da organizacao.

Na fase de discursos, os parlamentares abordaram temas diversos. Wagner Camargo Neto e Rosangela Rezende (Agir) destacaram a forca da agricultura familiar, em especial durante a Agro Centro-Oeste Familiar realizada na UFG. Ricardo Quirino enalteceu o apoio ao esporte por meio do Pro-Goias Atleta e comentou sobre a realidade da criminalidade no Rio de Janeiro. Paulo Cezar Martins (PL) cobrou solucoes para os lixoes e sugeriu politicas publicas que tornem o manejo de residuos uma fonte de renda. Clecio Alves, mais uma vez, criticou a prorrogacao do estado de calamidade em Goiania, alegando ausencia de justificativas tecnicas.

A proxima sessao ordinaria esta agendada para terca-feira, 10, as 15 horas, de forma presencial no Plenario Iris Rezende Machado.

Audiencias publicas

Na primeira semana de junho duas audiencias publicas mobilizaram representantes de diferentes setores para debater temas varios. O primeiro debate ocorreu a respeito da crise na gestao de unidades de saude administradas por organizacoes sociais. O segundo tema tratado foram os caminhos para a construcao do novo Plano Estadual de Educacao.

Na manha de segunda-feira, 2, a audiencia proposta pelo deputado Mauro Rubem (PT) reuniu trabalhadores da saude, sindicalistas, representantes do Ministerio Publico do Trabalho e especialistas para discutir o nao pagamento de vencimentos por parte das organizacoes sociais Instituto de Gestao e Humanizacao (IGH), e do Hospital da Mulher (Hemu), gerido pela Organizacao Social de Saude Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (OSSHMTJ), que recentemente encerraram seus contratos com o Governo Estadual. O encontro evidenciou o cenario de incerteza enfrentado por mais de 1.200 profissionais dispensados sem aviso previo ou garantias trabalhistas.

O deputado criticou a conivencia da Secretaria de Estado da Saude (SES) com a situacao e defendeu a responsabilizacao das organizacoes de servicos sociais (OSSs). "Estamos vivendo de calote em calote", afirmou a presidente do Sindicato dos Enfermeiros de Goias, Roberta Rios, ao denunciar a falta de fiscalizacao e de fundo rescisorio.

A procuradora do MPT Milena Cristina Costa destacou a necessidade de regulacao legal dos fundos rescisorios das OSSs para evitar novos prejuizos aos trabalhadores. Ja o medico Eduardo Santana classificou o modelo de terceirizacao como o "pior possivel", por precarizar vinculos e fragilizar a dignidade do trabalho na saude publica.

Ja na quinta-feira, 5, foi a vez da Comissao de Educacao da Alego, presidida por Bia de Lima, realizar audiencia publica para debater os desafios e diretrizes do novo Plano Estadual de Educacao. O encontro contou com a participacao de representantes de conselhos, foruns educacionais, orgaos de controle e instituicoes de ensino.

Lima apresentou cinco eixos centrais para a elaboracao do novo plano, entre eles a valorizacao profissional, a gestao democratica e a necessidade de maior investimento. A coordenadora do Forum Estadual de Educacao, Lueli Nogueira, defendeu ampla participacao social na construcao do documento. Sueidi Mendonca, da Secretaria de Educacao, relatou os desafios no monitoramento do plano anterior, especialmente apos 2017, e destacou a continuidade dos trabalhos com base em relatorios disponiveis no site da Secretaria de Estado da Educacao (Seduc).

O conselheiro do Tribunal de Contas dos Municipios de Goias (TCM-GO), Fabricio Motta, alertou para a ausencia de avaliacoes efetivas em muitos municipios e defendeu o papel da cortes de contas no apoio tecnico a gestao educacional. O presidente do Conselho Estadual de Educacao, Flavio Roberto de Castro, reiterou que o debate extrapola a questao educacional e perpassa diversas politicas publicas.

Sessoes solenes

A Alego promoveu, ao longo da primeira semana de junho, seis sessoes solenes em reconhecimento a personalidades, profissionais e instituicoes que contribuem significativamente para o desenvolvimento social, ambiental e da seguranca publica em Goias.

No domingo, 1o, uma sessao itinerante prestou homenagem as mulheres integrantes das Fraternidades Femininas da Maconaria, com entrega de certificados proposta pelo deputado Wagner Camargo Neto. O evento aconteceu na loja Maconica Liberdade e Uniao e celebrou o papel essencial das "cunhadas" nas acoes filantropicas e no fortalecimento dos valores da maconaria.

Na segunda-feira, 2, os engenheiros ambientais foram homenageados em sessao comandada pelo presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), que destacou o papel desses profissionais na promocao do desenvolvimento sustentavel. Representantes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Goias (Crea-GO), do Sindicato dos Engenheiros de Goias (Senge) e da Associacao Goiana de Engenheiros Ambientais (Ageamb-GO) marcaram presenca.

Na terca-feira, 3, a Alego celebrou os seis anos do Batalhao Rural da PM-GO, com a presenca do governador Ronaldo Caiado (UB). A sessao, proposta por Issy Quinan, reconheceu os avancos na seguranca no campo, destacando a atuacao da tropa e a criacao de um segundo batalhao da unidade.

Na quarta-feira, 4, quatro solenidades marcaram o dia. Pela manha, o deputado Lineu Olimpio (MDB) homenageou os 40 anos da Uniao dos Homens Batistas de Goias (UHBG), destacando sua atuacao social e religiosa. A tarde, Bruno Peixoto e Karlos Cabral concederam a Medalha do Merito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira a representantes do mutualismo portugues, celebrando a parceria internacional. A noite, a homenagem foi aos 44 anos da Rondas Ostensivas Taticas Metropolitanas (Rotam), com entrega de certificados a 85 policiais e reconhecimento a atuacao da

unidade no combate a criminalidade.

Eventos

O mes de junho comecou com uma agenda intensa e diversificada no Parlamento goiano, com eventos voltados a formacao de servidores, valorizacao cultural, conscientizacao ambiental, homenagens a profissionais e debates fundamentais para o futuro da gestao publica municipal e da saude em Goias.

A abertura do curso "Word Basico", promovido pela Escola do Legislativo, iniciou a semana, na segunda-feira, 5, com foco na capacitacao dos servidores, sob orientacao do professor Cairo Rezende. O treinamento, dividido em seis modulos, busca aprimorar o uso do programa como ferramenta essencial para a rotina legislativa.

Na mesma segunda-feira, a Alego sediou o seminario da Camara dos Deputados sobre a PEC no 066/2023, que propoe novo prazo para parcelamento de debitos previdenciarios dos municipios. Parlamentares e gestores municipais defenderam ajustes na proposta e destacaram a importancia de incluir o complemento da merenda escolar nos 25% de gastos obrigatorios com educacao.

Ainda no inicio da semana, o saguao do Palacio Maguito Vilela recebeu a exposicao "Cerrado: Berco das Aguas e da Biodiversidade", com animais taxidermizados do Memorial do Cerrado da Pontificia Universidade Catolica de Goias (PUC-G), reforcando o papel do bioma e abrindo a programacao da Semana do Meio Ambiente. O evento teve apoio da Comissao de Meio Ambiente, presidida pelo deputado Antonio Gomide.

Na terca-feira, 3, a Alego foi palco de duas iniciativas: a entrega de Certificados de Alta Conformidade em Praticas de Seguranca do Paciente a 31 unidades de saude do estado, com destaque para UTIs e servicos de dialise, em evento da Secretaria Estadual de Saude com apoio do deputado Cairo Salim (PSD); e o inicio do 2o Seminario Regional de Residuos Solidos, com participacao do deputado Clecio Alves e autoridades do setor, discutindo solucoes para a erradicacao dos lixoes em Goias.

Na area da inclusao, foi aberta a exposicao "A fauna e flora do Cerrado brasileiro", organizada pela Faculdade de Educacao da Universidade Federal de Goias (UFG). Com obras em alto relevo, audiodescricao e libras, a mostra busca sensibilizar o publico sobre acessibilidade na arte. O deputado Lincoln Tejota (UB) ressaltou a relevancia do projeto para aproximar o Parlamento da diversidade cultural e social.

Na quarta-feira, 4, o Projeto Deputados e Deputadas do Futuro recebeu alunos do Colegio Estadual Camara Filho, de Rialma, para uma visita educativa. Os estudantes participaram de palestra sobre democracia, visitaram o plenario e acompanharam uma sessao especial, em acao coordenada pela Escola do Legislativo.

A semana foi encerrada com campanha de vacinacao contra a influenza, promovida em parceria com a Prefeitura de Goiania e o Sistema Unicos de Saude (SUS). A acao, realizada na quinta-feira, 5, vacinou 758 pessoas e podera ter nova edicao.

A cultura tambem teve destaque na semana com a apresentacao da Orquestra Caipira Alma Sertaneja, de Acreuna, no programa Encanta Alego. O grupo, formado por idosos, emocionou o publico com classicos da musica sertaneja raiz. O deputado Ricardo Quirino, presidente da Comissao de Atencao a Pessoa Idosa, da Alego, prestigiou o evento e

destacou a importancia da valorizacao da terceira idade.

Com uma programacao plural e dinamica, a Alego abre espaco de dialogo, formacao, cultura e servico a populacao goiana.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

IA do TCE conquista 4º lugar em prêmio de inovação

IA do TCE conquista 4º lugar em prêmio de inovação

06 junho 2025 às 12h51

Criado em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Inteligência Artificial (IA) do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), ?IAGO na Estrada?, conquistou o 4º lugar no Prêmio Conexão Inova, da rede Conexão Inovação Pública. A premiação ocorreu nesta última quarta-feira, 4, no evento Convergência 2025 sediado na cidade de Belo Horizonte, Capital de Minas Gerais (MG). A ferramenta ficou responsável por automatizar a fiscalização das rodovias estaduais

Segundo o diretor de Tecnologia da Informação do TCE-GO, Licardino Siqueira, a ferramenta foi montada em um veículo com capacidade de capturar imagens que foram enviadas para os servidores da Justiça. As imagens foram analisadas pela IA que conseguiram identificar anomalias como: panelas, trincas, erosões e vegetação avançando em direção à pista.

?Essa é uma conquista muito importante para o Tribunal e para a Universidade Federal de Goiás (UFG), que é nossa parceira. Já estamos na fase de testes, inclusive para desenvolvimento dos modelos de inteligência artificial, e essa ferramenta tem grande potencial para agregar valor ao trabalho da instituição e, claro, beneficiar toda a sociedade?, afirmou Siqueira.

O TCE-GO é responsável pela fiscalização dos mais de 12 mil quilômetros de percurso desde fevereiro 2023, quando identificou comprometimentos em 112 trechos rodoviários naquele ano.

Assembleia vai sediar Congresso de Direito Econômico

Assembleia vai sediar Congresso de Direito Econômico

Evento será gratuito e trará a Goiânia grandes nomes nacionais para debate com foco em crescimento, inovação e democracia

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) vai sediar, nos dias 12 e 13 de junho, o 1º Congresso de Direito Econômico da Alego ? Estado e Relações Econômicas: Direito,Crescimento Econômico, Novas Tecnologias e Democracia.

O evento reunirá os ministros do STF Gilmar Mendes e Dias Toffoli, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB); o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Helder Valin; o procurador-geral da República, Paulo Gonet; o presidente da Alego, deputado Bruno Peixoto (UB); o deputado e procurador do Estado, Virmondes Cruvinel (UB); a procuradora-geral da Alego, Andreya Moura; o sub-procurador geral da Alego, Iure de Castro e o conselheiro do TCE-GO, Saulo Marques.

Haverá painéis sobre o controle de convencionalidade pelo Legislativo, o papel da Comissão Parlamentares de Inquérito (CPI), orçamento público e transparência, além de temas emergentes

como o uso de dados digitais nas investigações criminais, os impactos da inteligência artificial generativa no setor público e os desafios da Tributação 4.0 diante da ascensão dos criptoativos.

O evento é gratuito, aberto ao público e representa uma iniciativa inédita da Alego para fortalecer o diálogo técnico-jurídico em torno das relações econômicas no Brasil.

Para participar, inscreva-se em: https://cde.al.go.leg.br/

Aeroporto de Goiânia é certificado por gestão ambiental e redução de carbono

O Aeroporto de Goiania (GYN) conquistou o Nivel 1 do programa Airport Carbon Accreditation (ACA), principal certificacao internacional voltada a gestao de emissoes de carbono na aviacao. O reconhecimento foi concedido pelo Conselho Internacional de Aeroportos (ACI, na sigla em ingles) com base no inventario de emissoes de 2023, auditado e validado pela ABNT.

O ACA e estruturado em sete niveis de certificacao e reconhece os esforcos desses terminais na medicao, reducao e compensacao de suas emissoes diretas e indiretas de gases de efeito estufa. A certificacao obtida por Goiania representa o primeiro passo rumo a uma operacao com menor impacto ambiental e maior eficiencia energetica.

"Esse reconhecimento e resultado de um trabalho tecnico rigoroso e do engajamento das nossas equipes em todas as etapas do processo. A adesao ao programa ACA e um passo importante na consolidacao de uma cultura de gestao climatica dentro dos nossos aeroportos", afirmou Rose Moraes, coordenadora de Sustentabilidade da divisao de Aeroportos da Motiva, concessionaria responsavel pela administracao do terminal.

Alem de Goiania, outros quatro administrados pela Motiva tambem receberam a certificacao: Curitiba (CWB), Navegantes (NVT), Foz do Iguacu (IGU) e Sao Luis (SLZ).

Com a adesao ao programa, os aeroportos brasileiros passam a integrar uma rede global comprometida com a reducao do impacto climatico e com a transicao para uma aviacao mais sustentavel.

Leia mais: TCE-GO suspende adesao da Seduc a ata de precos por indicios de irregularidades

Aparecida realiza novo Dia D de vacinação contra gripe neste sábado (7)

Com o objetivo de reforcar a prevencao contra a gripe e facilitar o acesso da populacao aos imunizantes, a Prefeitura de Aparecida de Goiania promove neste sabado, 7 de junho, um novo Dia D de Vacinacao contra a Influenza. A mobilizacao sera conduzida pela Secretaria Municipal de Saude (SMS) em parceria com a Secretaria de Estado da Saude de Goias (SES-GO), Prefeitura de Goiania e demais municipios que integram o esforco conjunto de imunizacao.

A acao acontece das 8h as 17h, em 17 pontos de atendimento distribuidos pela cidade. Estarao em funcionamento 15 Unidades Basicas de Saude (UBSs), alem da Central de Imunizacao e de um posto volante instalado no Assentamento Continental, garantindo capilaridade da campanha e alcancando diferentes regioes urbanas e rurais de Aparecida.

Alcance coletivo e prevencao de surtos

De acordo com o secretario municipal de Saude, Alessandro Magalhaes, o objetivo e nao apenas ampliar a cobertura vacinal, mas proteger a populacao contra possiveis surtos de doencas imunopreveniveis. "Essa mobilizacao esta alinhada com o Estado e e uma determinacao do prefeito Vilela. Ja temos ampliado as estrategias de vacinacao com acoes itinerantes por toda a cidade e agora reforcamos, mais uma vez, o chamamento para toda a populacao nesse esforco conjunto para salvar vidas e proteger as pessoas.", destacou o secretario.

A vacina contra a Influenza esta disponivel para toda a populacao a partir dos seis meses de idade, independentemente de estar ou nao incluida nos grupos prioritarios. Alem dela, os postos de vacinacao tambem estarao com doses de rotina disponiveis para atualizacao da caderneta vacinal de criancas, adolescentes, adultos e idosos.

Entre no canal do Whatsapp do O Hoje para receber, em primeira mao, nossas principais noticias e reportagens

Documentos necessarios e publico-alvo

Para se vacinar, e necessario apresentar um documento oficial com foto, CPF ou cartao do SUS. A SMS orienta que todos levem tambem o cartao de vacinacao, para que as equipes possam verificar quais doses estao em dia e quais precisam ser aplicadas. A campanha tem foco na prevencao da gripe, uma doenca respiratoria que pode levar a complicacoes graves, especialmente entre idosos, gestantes, criancas e pessoas com comorbidades.

Confira onde se vacinar neste sabado (7):

Central de Imunizacao

Unidades Basicas de Saude (UBSs): Nova Olinda, Expansul, Santa Luzia, Cardoso, Bandeirantes, Cruzeiro, Madre Germana, Delfiore, Tiradentes, Independencia Mansoes, Florenca, Santo Andre, Mansoes Paraiso, Candido de Queiroz e Pontal Sul 2

Posto volante no Assentamento Continental

Campanha ampliada e acoes continuas

Desde o inicio da campanha de vacinacao contra a Influenza, a SMS tem realizado acoes continuas e descentralizadas para atingir publicos diversos. A estrategia inclui vacinacao itinerante em locais como abrigos de idosos, CMEIs, empresas, clinicas de hemodialise, hospitais e centros de atendimento especializado. Ha tambem atendimento domiciliar para pessoas acamadas ou com dificuldades de locomocao, assegurando equidade no acesso as vacinas.

Desde 7 de maio, a Prefeitura de Aparecida tambem mantem pontos moveis de vacinacao para adultos no AMAG (Ambulatorio Municipal de Atendimento Geriatrico) e no Centro de Especialidades, com funcionamento as segundas, quartas e sextas-feiras, das 8h as 16h.

Leia mais: TCE-GO suspende adesao da Seduc a ata de precos por indicios de irregularidades

Balanco: mais de 77 mil doses aplicadas

Entre os dias 31 de marco e 29 de maio, mais de 77 mil pessoas foram imunizadas contra a gripe em Aparecida. Segundo dados da SMS, 21.508 idosos e 11.440 criancas receberam a dose, o que representa parte significativa do publico prioritario. A campanha segue ativa ate o alcance das metas de cobertura vacinal estabelecidas pelo Ministerio da Saude.

As autoridades reforcam que a vacina contra a gripe e segura, eficaz e representa uma das principais formas de evitar complicacoes respiratorias e sobrecarga nos servicos de saude durante os meses mais frios do ano. O Dia D deste sabado e mais uma oportunidade para que a populacao compareca aos postos e garanta sua protecao.

TCE-GO suspende adesão da Seduc a ata de preços por indícios de irregularidades

O Tribunal de Contas do Estado de Goias (TCE-GO) determinou a suspensao imediata de um processo de adesao a registro de ata de precos conduzido pela Secretaria de Estado da Educacao (Seduc). A decisao foi tomada apos a identificacao de indicios de irregularidades que levantaram risco de prejuizo ao erario.

A medida cautelar foi concedida pelo conselheiro Edson Ferrari, em regime de plantao, com base em representacao do Servico de Fiscalizacao de Licitacoes do TCE-GO. O relator do processo, conselheiro Kennedy Trindade, teve o mesmo entendimento e levou a cautelar a apreciacao do Pleno. O colegiado confirmou a decisao na sessao desta quarta-feira (4/6).

De acordo com o relatorio tecnico, a Seduc aderiu a uma ata de precos do Instituto Federal de Educacao do Espirito Santo sem apresentar justificativas tecnicas consistentes, ignorando, inclusive, parecer juridico da propria procuradoria setorial que desaconselhava a adesao.

Entre no canal do Whatsapp do O Hoje para receber, em primeira mao, nossas principais noticias e reportagens

A equipe de fiscalizacao apontou falhas na comprovacao de vantajosidade da proposta e questionou a escolha de dois fornecedores sem justificativa formal, ambos ja utilizados pelo instituto capixaba. A analise tambem identificou uma possivel diferenca financeira superior a R$ 15 milhoes em relacao a um pregao realizado pela propria Seduc em 2023, alem da coincidencia da empresa fornecedora nos dois procedimentos - com precos significativamente diferentes.

Outro ponto levantado foi a desproporcao entre os materiais didaticos impressos e os kits de realidade virtual incluidos na adesao, o que pode indicar subutilizacao dos recursos. Os tecnicos tambem destacaram a ausencia de avaliacao tecnico-pedagogica quanto a efetividade do conteudo imersivo contratado.

Leia mais: Isencao da Taxa de Limpeza Publica passa a valer para mais de 90 mil goianos

Com a medida cautelar em vigor, o processo de adesao fica paralisado ate nova deliberacao do Tribunal.

TCE suspende processo da Seduc de adesão à ata

TCE suspende processo da Seduc de adesão à ata

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) suspendeu uma adesão à ata de registro de preços da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc) que visava a aquisição de kits educacionais de realidade virtual, além de materiais didáticos de contextualização e de projetos e aplicações. A medida cautelar foi motivada por indícios de irregularidades em ata no valor de R$ 203,8 milhões.

Em 15 de maio, o conselheiro Edson Ferrari, em regime de plantão, determinou a suspensão do processo. Em seguida, o conselheiro Kennedy Trindade, relator do processo, teve o mesmo entendimento e submeteu a cautelar ao Pleno, que a referendou na sessão plenária desta quarta-feira (4). A suspensão não é definitiva e cabe recurso à Seduc, que também pode realizar os ajustes requisitados pelo tribunal.

A ata de registro de preços em questão é do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) e tem como objeto a aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, compostos de soluções que auxiliam no processo ensino aprendizagem para atender as necessidades da instituição.

Além de 686 kits educacionais de realidade virtual e de 242,6 mil unidades de material didático de contextualização e outras 242,6 mil unidades de material didático de projetos e aplicações, o documento também prevê a contratação de conteúdo imersivo educacional com sistema de gerenciamento de equipamentos e treinamento e suporte na implantação dos kits educacionais. Tudo isso com o custo de R$ 203,8 milhões.

Um dos argumentos do TCE-GO pela suspensão do processo é a desproporcionalidade entre a quantidade de materiais didáticos impressos e de kits de realidade virtual, sugerindo risco de subutilização dos insumos, além da ausência de comprovação de avaliação técnica-pedagógica sobre o conteúdo imersivo contratado nos autos do processo de adesão.

Em seu voto, o relator do processo pontua uma possível diferença financeira de mais de R$ 15 milhões em comparação com um pregão eletrônico, no sistema de registro de preços, realizado pela Seduc em 2023. O documento previa a aquisição de 667 kits educacionais de realidade virtual - cada um deles composto por 36 óculos de realidade virtual com aplicativo personalizado e um carrinho de armazenamento e recarga -, 667 licenças de sistema de gerenciamento de equipamentos e outras 24 mil de conteúdo imersivo educacional, além de 312 horas de treinamento e suporte na implantação nas escolas. O valor estimado para a contratação era de R$ 136 milhões.

O voto do relator ainda destaca que a Seduc age em contrariedade ao parecer jurídico da Procuradoria da pasta, desfavorável à adesão da ata e o fato de uma mesma empresa, a paulista Sisttech Tecnologia Educacional, ser a fornecedora tanto no pregão eletrônico quanto na ata de registro de preços, "com preços significativamente distintos". Conforme o Portal da Transparência de Goiás, o pregão eletrônico de 2023 foi suspenso em junho de 2024 após um despacho da Procuradoria setorial da secretaria.

Seduc

Questionada sobre a suspensão, a Seduc explicou, em nota, que desde a manifestação contrária da Procuradoria setorial, o processo já se encontrava sobrestado por decisão da própria secretaria "a fim de promover alinhamento técnico e jurídico interno antes de eventual prosseguimento, caso houvesse evolução favorável no entendimento jurídico".

A pasta também esclareceu que a opção pela adesão à ata foi fundamentada na legislação vigente, sendo que "a escolha foi amparada em critérios técnicos e pedagógicos, visando atender com celeridade e eficiência a uma demanda estruturada desde 2022, voltada à ampliação do uso de tecnologias imersivas na rede estadual de ensino".

A secretaria destacou que o objeto da adesão à ata apresenta atualizações tecnológicas relevantes quando comparado com o objeto do pregão eletrônico de 2023, com avanços em termos de capacidade de processamento, desempenho gráfico, armazenamento, duração de bateria e sistema operacional, "o que justifica alterações no valor estimado da solução".

A Seduc frisou que o pregão eletrônico de 2023 se encontra suspenso aguardando análise conclusiva de uma representação do TCE-GO e por recomendação da procuradoria Setorial, "o que reforça que a adesão analisada foi considerada como uma alternativa legal e estratégica, orientada pela busca de soluções mais eficazes e compatíveis com a realidade educacional da rede".

Por fim, a pasta reafirmou o compromisso com "a legalidade, a transparência e a boa governança, e continuará colaborando com os órgãos de controle para o total esclarecimento dos fatos".